

WHIRLPOOL S.A.

Proposta da Administração

AGO – 27/04/2016



WHIRLPOOL S.A.

Av. das Nações Unidas, 12.995, 32º andar
CEP: 04578-000 - São Paulo - SP
CNPJ/MF nº 59.105.999/0001-86
NIRE 35300035011

Proposta da Administração

ÍNDICE

I. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
II. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	3
Anexo I	5
Anexo II	24



WHIRLPOOL S.A.

Av. das Nações Unidas, 12.995, 32º andar

CEP: 04578-000 - São Paulo - SP

CNPJ/MF nº 59.105.999/0001-86

NIRE 35300035011

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

A Administração da Whirlpool S.A. ("Companhia"), nos termos do que dispõem a legislação pertinente e o seu Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da Companhia, vem apresentar a V.Sas. a presente proposta contendo as informações exigidas pela Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 481/09"), relacionadas à Assembleia Geral Ordinária da Companhia a se realizar no dia 27 de abril de 2016, às 09:00hs, na sua sede, localizada na Av. das Nações Unidas, nº 12.995, 32º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("AGO").

A AGO terá a seguinte ordem do dia:

- (i) Aprovar o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2015; e
- (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2015.

Apresentaremos a seguir as considerações da administração da Companhia com relação a cada um dos itens da ordem do dia da AGO:

I. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Companhia propõe a aprovação do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia e o Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2015.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia exigido pelo Art. 9º, inciso III, da Instrução CVM nº 481/09 constam do **Anexo I** à presente proposta.

II. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO



Nos termos do art. 192 da Lei nº 6.404/76 e tendo em vista o lucro líquido do exercício findo em 31.12.2015, no montante de R\$286.792.087,56 (duzentos e oitenta e seis milhões, setecentos e noventa e dois mil, oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), propõe a administração a seguinte destinação ao referido lucro:

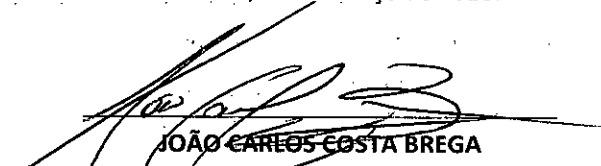
a) ratificação da distribuição de dividendos declarados e já pagos durante o exercício de 2015, no montante de R\$71.709.161,86 (setenta e um milhões, setecentos e nove mil, cento e sessenta e um reais, oitenta e seis centavos); correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76 e art. 23 do Estatuto Social da Companhia; e

b) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido, no montante de R\$215.082.933,70 (duzentos e quinze milhões, oitenta e dois mil, novecentos e trinta e três reais e setenta centavos), para a Reserva Estatutária, denominada Reserva de Investimentos, nos termos do art. 23, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia.

Fica consignado que nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, tendo em vista que seu o saldo alcançou o limite de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Art. 9º, § 1º, inciso II, da Instrução CVM nº 481/09 constam do **Anexo II** à presente proposta.

São Paulo, 28 de março de 2016.


JOÃO CARLOS COSTA BREGA
Presidente do Conselho de Administração



Anexo I

Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia

(conforme art. 9, III da Instrução CVM nº 481/09 e Capítulo 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09)

10.1 Opinião dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

Nos exercícios de 2015, 2014 e 2013 a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido de R\$ 287 milhões, R\$ 709 milhões e R\$ 812,7 milhões. A queda do lucro líquido do ano de 2015 foi causada principalmente pelo desaquecimento da atividade econômica e retração do setor de eletrodomésticos no Brasil.

Apresentamos abaixo os índices de endividamento sobre ativo total e liquidez corrente, referentes à Companhia:

WHIRLPOOL S.A.			
ÍNDICES	2015	2014	2013
ENDIVIDAMENTO SOBRE ATIVO TOTAL	0,62	0,66	0,63
LIQUIDEZ CORRENTE	1,16	1,21	1,32

O capital de giro da Companhia e seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da empresa é formada por capital próprio proveniente da geração de caixa operacional da Companhia e por capital de terceiros, através de financiamentos com Finep – Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”) e Nota de Crédito à Exportação (“NCE”).

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta hoje níveis conservadores de alavancagem e seu objetivo é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.



Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, o patrimônio líquido era de R\$ 2.509,2 milhões, R\$ 2.133,2 milhões e R\$ 2.464,7 milhões, respectivamente, de modo que seu patrimônio líquido não sofreu variações relevantes no período. O capital de terceiros neste mesmo período era de R\$ 200,7 milhões em 2015, R\$ 211,2 milhões em 2014 e R\$ 138,5 milhões em 2013.

O percentual de capital de terceiros sobre o patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, eram de 8,0%, 9,9% e 5,6%, respectivamente, sendo o remanescente, capital próprio proveniente da operação da Companhia.

A diretoria monitora sua estrutura de capital através de sua dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa. A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital existente nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, considerando a dívida líquida sobre o patrimônio líquido.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Empréstimos e financiamentos	200.742	211.195	138.469
Derivativos	47.972	60.027	81.578
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(490.114)	(722.866)	(971.511)
Dívida líquida	(241.400)	(451.644)	(751.464)
Patrimônio líquido	2.509.249	2.133.208	2.464.736

A diretoria destaca que a posição de dívida líquida é negativa, ou seja, possui caixa e equivalentes de caixa suficientes para liquidar os empréstimos, financiamentos e derivativos em sua totalidade.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossa maior necessidade de recursos deve-se a (i) pagamento pelo custo dos produtos vendidos (ii) impostos indiretos relacionados a nossas atividades operacionais tais como ICMS, PIS/COFINS e IPI.

Nossa principal fonte de recurso é o caixa gerado por meio de nossas atividades operacionais.

A posição do ativo circulante em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 4.176,1 milhões, R\$ 4.402,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 4.805 milhões em 31 de dezembro de 2013.

A posição do passivo circulante em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 3.607,5 milhões, R\$ 3.628,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 3.644 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Acreditamos que os recursos disponíveis, a nossa geração de caixa operacional e as linhas de crédito existentes serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 (doze) meses.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia é sua própria geração de fluxo de caixa operacional.



Durante o ano 2015, a Companhia celebrou contratos de financiamento na modalidade de NCE (Nota de Crédito à Exportação) que tiveram como objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

Para financiamento de investimentos, referente a projetos de desenvolvimento, a Companhia utiliza-se também de programas promovidos pela agência Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio de subvenção econômica, recursos não reembolsáveis de cooperação universidade-empresa e recursos reembolsáveis, além de incentivos fiscais à pesquisa e desenvolvimento da Lei 11.196/2005.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Caso haja eventuais descasamentos de disponibilidades no curto prazo, além da geração de caixa operacional da Companhia, a Companhia dispõe de linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

Em dezembro de 2015, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$1.000 (comparado a R\$1.139.980,00 em 31 de dezembro de 2014), com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque, sendo que em 31 de dezembro de 2015, não tínhamos utilizado essa linha de crédito.

Adicionalmente, a Companhia pode utilizar linhas de empréstimos bancários como a NCE e Cédula de Crédito Bancário - CCB. Em 31 de dezembro de 2015, o montante de empréstimos bancários era de R\$40.324.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas (últimos 3 exercícios), descrevendo ainda:

	Controladora			Consolidado			Garantias
	2015	2014	2013	2015	2014	2013	
Moeda nacional:							
FINEP (TJLP + 5,0% a.a.)	161.330	211.195	137.893	164.766	211.195	138.469	Fiança Bancária
NCE (111% CDI)	35.064	-	-	35.064	-	-	
CCB	-	-	-	4.348	-	-	
Total dos financiamentos	196.394	211.195	137.893	200.742	211.195	138.469	
Circulante	95.419	50.632	15.183	99.767	50.632	15.759	
Não circulante	100.975	160.563	122.710	100.975	160.563	122.710	

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Referentes à NCE e CCB, no segundo trimestre de 2015, foram celebrados contratos no montante de R\$160.000 que foi liquidado parcialmente em 30 de junho de 2015, remanescendo o montante de R\$30.000, que foi integralmente liquidado em 30 de setembro de 2015.



No terceiro trimestre de 2015, foram celebrados contratos no montante de R\$270.000, que foi liquidado parcialmente em 30 de setembro de 2015, restando o montante de R\$160.000, que foi integralmente liquidado em 16 de dezembro de 2015.

No quarto trimestre de 2015, foram celebrados contratos no montante de R\$241.793, que foram liquidados parcialmente até 31 de dezembro de 2015, restando um saldo devedor em tal data no montante de R\$40.324, sendo R\$2.450 com vencimento em janeiro de 2016 e o montante de R\$37.874 com vencimento em fevereiro de 2016.

Em 4 de dezembro de 2006, a Companhia celebrou um contrato de financiamento com a FINEP no montante de R\$20.000. Esse financiamento teve como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas para o Mercado de Refrigeração". Como garantias foram apresentadas à FINEP cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma. O saldo devedor foi pago em 51 (sessenta e uma) parcelas mensais e sucessivas, sendo que o pagamento da última parcela ocorreu em 15 de dezembro de 2013.

Em 9 de outubro de 2008, a Companhia celebrou novo contrato de financiamento com a FINEP no montante de R\$100.000, disponibilizado em duas parcelas: R\$75.000 em 15 de novembro de 2008 e R\$25.000 em 20 de julho de 2009. Sobre o principal incide juros de 5% ao ano, a título de Spread, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Os encargos deste contrato serão limitados a 5,25% ao ano, de acordo com a equalização. Esse financiamento tem como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas e Capacitação do Quadro de Pesquisadores". Como garantias foram apresentadas à FINEP cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma. O contrato contemplou período de carência de 20 meses onde foram considerados os encargos. O saldo devedor está sendo pago em 81 (oitenta e uma) parcelas mensais e sucessivas, sendo que o vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de junho de 2010 e as demais nos meses subsequentes, sendo o último vencimento em 15 de fevereiro de 2017.

Em 4 de dezembro de 2012, para financiar parte do investimento em inovação de eletrodomésticos e compressores com maior eficiência energética e sustentabilidade, a Companhia celebrou nova linha de crédito com a FINEP. O montante do financiamento é de R\$ 181.000, disponibilizado em quatro parcelas de R\$ 45.250, tendo ocorrida a primeira liberação em 20 de dezembro de 2012, a segunda em 14 de novembro de 2013, a terceira em 03 de janeiro de 2014 e a quarta em 11 de dezembro 2014. Sobre o principal incorrem juros remunerados a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a TJLP ao ano, resultando em uma taxa de financiamento de 5% ao ano. O valor do principal do contrato será amortizado mensalmente em 61 (sessenta e uma) prestações, subsequente ao período de carência de 24 meses. O pagamento de juros é mensal inclusive no período de carência.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras dívidas de longo prazo contratadas com instituições financeiras, além das já mencionadas no item (i) acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas



Além das dívidas quirografárias acima mencionadas junto à FINEP, as quais são garantidas por uma fiança bancária, a Companhia possui outras obrigações registradas no passivo exigível do balanço patrimonial que integra as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social de 2015, as quais se referem a obrigações de natureza trabalhista e tributária, além de obrigações relacionadas a fornecedores, locação de imóvel e aquisição de energia elétrica.

As obrigações relacionadas à locação de imóvel e aquisição de energia elétrica também são garantidas por fianças bancárias. Nos exercícios sociais de 2013 e de 2014, as obrigações da Companhia registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as Demonstrações Financeiras correspondentes a estes exercícios sociais também foram compostas por obrigações da mesma natureza daquelas registradas para o exercício social de 2015.

De acordo com a natureza dos créditos correspondentes a estas obrigações, a ordem de preferência entre elas na hipótese de eventual concurso universal de credores seria a seguinte: primeiro seriam satisfeitas as obrigações relativas a empregados e equiparados até o limite de 150 salários mínimos; na sequência seriam satisfeitas as obrigações de natureza tributária e, por fim, as obrigações quirografárias, uma vez que a Companhia não possui obrigações registradas no passivo exigível com garantia real ou qualquer outro privilégio ou preferência.

(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprido essas restrições.

Nos contratos de financiamento mencionados no item (i) acima, inexistem restrições (*covenants*) impostas à Companhia.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia tem dois contratos em vigor que foram tomados na sua integralidade conforme estão descritos abaixo:

Em 09 de outubro de 2008, a Companhia celebrou um novo contrato de financiamento com o FINEP, no valor de R\$ 100 milhões, sendo que já foi disponibilizado 100% do financiamento, em duas parcelas: R\$ 75 milhões em 15 de novembro de 2008 e R\$ 25 milhões em 20 de julho de 2009.

Em 4 de Dezembro de 2012, a Companhia celebrou nova linha de crédito com a FINEP. O montante do financiamento é de R\$ 181.000, sendo que já foi disponibilizado 100% do financiamento, em quatro parcelas de R\$ 45.250, tendo ocorrida a primeira liberação em 20 de dezembro de 2012, a segunda em 14 de novembro de 2013, a terceira em 03 de janeiro de 2014 e a quarta em 11 de dezembro 2014.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados Operacionais Consolidados

A tabela a seguir mostra os resultados operacionais consolidados referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:



	Consolidado		
	2015	2014	2013
Receita líquida de vendas e serviços	9.387.172	9.659.403	9.334.857
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(7.800.892)	(7.563.867)	(7.185.190)
Lucro bruto	1.586.280	2.095.536	2.149.667
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas e distribuição	(769.405)	(560.381)	(565.229)
Despesas administrativas	(470.740)	(393.227)	(352.157)
Outras despesas operacionais, líquidas	69.480	(88.729)	(164.031)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	415.615	1.053.199	1.068.250
Receitas financeiras	1.292.675	772.100	791.847
Despesas financeiras	(1.190.650)	(848.824)	(834.889)
Equivalência Patrimonial	(3.241)		
Lucro antes dos impostos	514.399	976.475	1.025.208
Imposto de renda corrente e diferido	(190.855)	(195.514)	(158.748)
Contribuição social corrente e diferida	(32.660)	(67.053)	(45.690)
	(223.515)	(262.567)	(204.438)
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores	290.884	713.908	820.770
Participação de não controladores	(4.092)	(4.940)	(8.023)
Lucro líquido do exercício	286.792	708.968	812.747
Atribuíveis aos:			
- Acionistas controladores	286.792	708.968	812.747
- Acionistas não controladores	4.092	4.940	8.023

Em 2015, a nossa receita líquida de vendas e/ou serviços diminuiu 2,8% ou R\$ 272,3 milhões, passando de R\$ 9.659,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 9.387,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O setor de eletrodomésticos brasileiro sofreu forte contração de 19% em 2015, impactado pela conjuntura econômica do país (crise econômica e política, confiança do consumidor, aceleração inflacionária e alta dos juros). Nos demais países da América Latina, o setor apresentou crescimento médio de 3,4%, mas com performance variada entre países. Os destaques ficam para Venezuela (-52%), Colômbia (-1,2%), Argentina (25,5%), América Central (3%) e Caribe (3%). Em 2015, a demanda de compressores na Ásia foi afetada pela redução da atividade econômica na China. Na América Latina também houve queda, principalmente, devido à crise econômica e política no Brasil. Em contra partida, houve uma tendência positiva no mercado Norte Americano e uma leve melhora no mercado Europeu.



O custo dos produtos vendidos acumulado aumentou 3,1%, passando de R\$ 7.185,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 7.800,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A variação deve-se ao efeito líquido da variação do custo de materiais e *commodities* (principalmente cobre, aço e resinas de petróleo), efeito do mix de produtos vendidos durante o ano. Dentre os impactos do cenário externo para a nossa indústria, destaca-se a depreciação do real em relação ao dólar que fechou 2015 em R\$3,9048/US\$1,00.

Nossas despesas operacionais compreendem substancialmente despesas com vendas, propaganda, publicidade e relacionados, administrativas, gerais e tributárias, e outras despesas operacionais, líquidas.

Os fatores acima determinaram o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, que foi de R\$ 514,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 comparado a R\$ 976,5 milhões no mesmo período em 2014, representando uma variação negativa de R\$ 462,1 milhões. O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 alcançou R\$ 287 milhões ou 3,1% (R\$ 709 milhões em 2013 ou 7,3%), das receitas líquidas de vendas e/ou serviços dos exercícios.

Comparação das contas patrimoniais consolidadas

	Consolidado		
	2015	2014	2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	490.114	722.866	971.511
Contas a receber, líquidas	1.332.397	1.040.229	960.032
Estoques	1.149.531	1.180.788	1.147.764
Impostos a recuperar e antecipados	261.798	255.023	178.013
Partes relacionadas	797.384	1.042.027	1.394.912
Operações com derivativos	11.071	8.248	5.049
Outros ativos circulantes	133.891	153.064	147.930
Total do ativo circulante	4.176.186	4.402.245	4.805.211
Não circulante			
Operações com derivativos	119	-	1.046
Impostos a recuperar	27.150	26.181	27.203
Depósitos para recursos e outros	205.760	151.468	141.970
Imposto de renda e contribuição social diferidos	234.358	229.707	325.513
Partes relacionadas	367.210	239.748	218.693
Plano de previdência privada	3.487	-	-
Outros ativos	116.107	44.570	44.062
Investimentos	125.944	5.510	5.500
Imobilizado	1.188.758	997.937	923.076
Intangível	106.199	90.004	84.440
Total do ativo não circulante	2.375.092	1.785.125	1.771.503
Total do ativo	6.551.278	6.187.370	6.576.714



	Consolidado		
	2015	2014	2013
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante:			
Fornecedores	2.289.079	2.489.719	2.546.138
Empréstimos e financiamentos	99.767	50.632	15.759
Impostos, taxas e contribuições a pagar	316.090	359.778	175.998
Salários e encargos sociais	125.817	129.189	122.359
Partes relacionadas	250.161	84.551	69.923
Operações com derivativos	47.382	64.664	86.934
Provisão para demandas judiciais e administrativas			
Outros passivos	479.220	450.391	627.341
Total do passivo circulante	3.607.516	3.628.924	3.644.452
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	100.975	160.563	122.710
Operações com derivativos	11.780	3.611	739
Impostos, taxas e contribuições a pagar		21.917	67.665
Partes relacionadas	45.730	44.804	44.060
Plano de previdência privada		5.543	6.822
Plano de assistência médica	69.070	79.428	75.069
Provisão para demandas judiciais e administrativas	169.670	96.874	82.631
Outros passivos	37.288	12.498	67.830
Total do passivo não circulante	434.513	425.238	467.526
Patrimônio líquido			
Capital social	1.085.793	1.085.793	1.085.793
Reserva de capital	115.021	84.698	72.647
Reserva de lucros	925.274	833.493	1.237.545
Ajuste de avaliação patrimonial	(35.550)	(30.828)	(30.162)
Ajustes acumulados de conversão	249.059	29.797	(14.674)
Participação de não controladores	169.652	130.255	113.587
Total do patrimônio líquido	2.509.249	2.133.208	2.464.736
Total do passivo e do patrimônio líquido	6.551.278	6.187.370	6.576.714

As variações significativas nas contas patrimoniais foram:

- Ativo circulante: O ativo circulante diminuiu em 5,1% ou R\$ 226,1 milhões, sendo os principais impactos (i) redução de 32,2%, ou R\$ 232,7 milhões na conta de "Caixa e equivalentes de caixa", (ii) redução de 2,6% ou R\$ 31,2 milhões na conta de "Estoques", (iii) redução de 23,5% ou R\$ 244,6 milhões na conta de "Partes relacionadas", (iv) aumento de 28,1% ou R\$ 292,1 milhões na conta de "Contas a receber", líquidas e (v) aumento de 2,7% ou R\$ 6,7 milhões na conta de "Impostos a recuperar e antecipados".
- Ativo não circulante: O ativo não circulante aumentou em 33,0% ou R\$ 589,9 milhões, sendo os principais impactos (i) aumento de 53,2% ou R\$ 127,4 milhões na conta de "Partes relacionadas", (ii)



aumento de 19,1% ou R\$ 190,8 na conta de "Imobilizado", (iii) aumento de 2185,7% ou R\$ 120,4 milhões na conta de "Investimento e contribuição social" e (iv) aumento de 35,8% ou R\$ 54,3 milhões na conta de "Depósitos para recursos e outros".

- Passivo Circulante: O passivo circulante diminuiu em 0,6% ou R\$ 21,4 milhões, sendo os principais impactos (i) redução de 26,7% ou R\$ 17,2 milhões na conta de operações com derivativos, (ii) redução de 12,1% ou R\$ 43,7 milhões na conta de "Impostos, taxas e contribuições a pagar", (iii) redução de 8,1% ou R\$ 200,6 milhões na conta de "Fornecedores", (iv) aumento de 97,0% ou R\$ 49,1 milhões na conta de "Empréstimos e financiamento" e (v) aumento de 195,9% ou R\$ 165,6 milhões na conta de "Partes relacionadas".
- Passivo Não Circulante: Sem variações relevantes.
- Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido aumentou em 17,6% ou R\$ 376,0 milhões, sendo os principais impactos (i) aumento de R\$ 219 milhões referente a variação cambial e (ii) aumento de R\$ 91,8 milhões gerado pela reserva de lucros.

	Consolidado		
	2015	2014	2013
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(419.230)	422.342	1.150.580
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(138.694)	(187.153)	(139.168)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	325.172	(483.834)	(417.462)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(232.752)	(248.645)	593.950
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	722.866	971.511	377.561
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	490.114	722.866	971.511
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(232.752)	(248.645)	593.950

A variação no caixa líquido das atividades operacionais no valor de R\$ 841,6 milhões é oriunda principalmente pela redução do lucro antes dos impostos no valor de R\$ 462,1 milhões comparando com 2014, bem como do aumento do consumo de caixa operacional de Contas a receber, Estoque e Fornecedores no valor de R\$ 264,2 milhões comparando com 2014 e aumento do consumo de caixa operacional de Impostos e contribuições no valor de R\$ 149,1 milhões comparando com 2014.

A variação no caixa líquido das atividades de investimento advém do aumento consumo das aquisições de imobilizado e intangível no valor de R\$ 71,2 milhões, e aumento na geração por conta do impacto da variação cambial das investidas no exterior no valor de R\$ 140,6 milhões.

A variação no caixa líquido das atividades de financiamento advém principalmente da redução do pagamento de dividendos no valor de R\$ 902,4 milhões.

10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre

a. resultados das nossas operações, em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita



As receitas dos negócios variam preponderantemente em função de volume de vendas e preços. Esses componentes também são os principais fatores de influência das receitas de exportações, além das taxas de câmbio.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

ii.1. Cenário macroeconômico

ii.1.1 Mercado Interno

O ano de 2015 foi marcado pela recessão econômica e crise política, principalmente em decorrência de fatores internos. Dentre os fatores econômicos estão o ajuste fiscal do governo federal, alta da inflação puxada por preços administrados, e a crise da Petrobrás, que tem significativo impacto nos investimentos no Brasil. Estes fatores levaram a uma desvalorização do câmbio de mais de 40%, pressionando a inflação para acima dos 10% ao ano e minando a confiança do consumidor. A demanda na indústria de bens de consumo foi significativamente impactada, levando a uma queda de 19% em 2015 no setor de linha branca.

A expectativa econômica para 2016 é de continuidade da recessão com manutenção das incertezas econômicas e políticas. No âmbito econômico, há incertezas se o governo realizará o ajuste fiscal para garantir um superávit primário. A inflação, que deve fechar novamente acima do teto da meta, o aumento do desemprego (que pode chegar a 10% em 2016) e a redução da renda média dos trabalhadores devem continuar impactando o consumo. As últimas previsões do mercado indicam uma queda de cerca de 3% do PIB em 2016.

ii. 1.2 Mercado externo

A projeção do PIB da América Latina e Caribe para 2015 está em torno de -0,3% diante da queda nos preços das *commodities*, a valorização do dólar e incertezas políticas e econômicas em alguns países.

No câmbio, a Colômbia e a Argentina tiveram desvalorização mais fortes de 53% e 37%, respectivamente, para as taxas de fechamento anuais. Vale também salientar que os países da região tem apresentado um comportamento heterogêneo entre si, uma vez que a Colômbia e o Peru devem fechar o ano com um crescimento entre 2% e 3%, enquanto que a Argentina deve apresentar um crescimento mais modesto de 0,9% e a Venezuela uma forte retração de mais de 8%.

Os Estados Unidos apresentaram um crescimento anualizado médio de 2% acumulado até o terceiro trimestre do ano. A economia vem sendo puxada pelo gasto dos consumidores, que cresceu a uma taxa anualizada de 3% no terceiro trimestre. A expectativa é que o PIB feche em 2,1% em 2015, podendo chegar a 2,4% em 2016. Com algumas postergações na decisão, o FED aumentou a taxa de juros em dezembro, de 0,25% para 0,50% (primeiro aumento dos juros em uma década), dado o cenário econômico de inflação em baixa e a economia crescendo.

A União Europeia enfrentou a crise da Grécia em 2015 e inclusive o risco da desintegração da zona do Euro, episódio que foi superado após longas negociações com o governo Grego. O PIB deve crescer 1,5% na zona do



euro e 1,9% nos 28 países da União Europeia. Para 2016, a preocupação está na baixa inflação, na crise dos refugiados e nas ameaças terroristas. A inflação vem se mantendo em níveis baixos (com previsão de apenas 0,1% na zona do euro para 2015) e o Banco Central Europeu tem adotado medidas para trazer para um nível logo abaixo de 2% para 2016. A crise dos refugiados e as ameaças terroristas trazem tensões políticas que podem afetar a economia europeia para 2016.

A China continua crescendo a taxas menores do que o esperado, com a expectativa de fechar o ano de 2015 em torno de 6,9% de crescimento no PIB, impactada tanto pela demanda doméstica como pela demanda externa. A moeda chinesa também foi levemente desvalorizada para estimular as exportações. Para 2016 os economistas preveem outros ajustes graduais para estimular a economia, como redução das taxas de juros e redução das reservas bancárias. Ainda assim, há incertezas sobre a desaceleração do crescimento na China e de novas desvalorizações do Yuan, mantendo as pressões sobre as *commodities*.

ii.2. Mercados e Lançamentos de Produtos

O setor de eletrodomésticos brasileiro sofreu forte contração de 19% em 2015, impactado pela conjuntura econômica do país (crise econômica e política, confiança do consumidor, aceleração inflacionária e alta dos juros). Nos demais países da América Latina o setor apresentou crescimento médio de 3,4%, mas com performance variada entre países. Os destaques ficam para Venezuela (-52%), Colômbia (-1,2%), Argentina (25,5%), América Central (3%) e Caribe (3%). Em 2015, a demanda de compressores na Ásia foi afetada pela redução da atividade econômica na China. Na América Latina também houve queda, principalmente, devido à crise econômica e política no Brasil. Em contrapartida, houve uma tendência positiva no mercado Norte Americano e uma leve melhora no mercado Europeu.

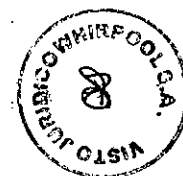
Em 2015, a Companhia lançou no mercado nacional cerca de 180 produtos das marcas Brastemp, Consul e KitchenAid. Dentre as novidades, a Brastemp apresentou ao mercado a B.blend, a primeira plataforma de bebidas all-in-one do Brasil, que traz mais de 23 tipos de bebidas, com ou sem gás, quentes ou geladas. Além disso, a Brastemp trouxe para o mercado uma nova linha completa de cozinha chamada Vitreous, com acabamento superior em vidro branco, além de uma nova linha de lavadoras de 15kg. A Consul lançou uma nova linha de refrigeradores com prateleiras customizáveis, para melhor armazenamento interno, e uma nova linha completa de fogões com *design* moderno e maior facilidade para limpeza. A KitchenAid lançou no mercado a linha de liquidificadores Diamond, com seis opções de cores e performance superior.

ii.3 Programas de redução de custos

A Companhia continua implementando com sucesso medidas de redução de custos em todos os níveis que visam mitigar i) o aumento do preço das *commodities*, ii) pressões inflacionárias sobre salários e iii) aumento dos valores de contratos atrelados à inflação.

ii.4 Preço de Commodities

Em 2015, a queda observada nos mercados globais de *commodities*, principalmente em derivados de petróleo e metais básicos (cobre e alumínio), ajudou a mitigar parte da desvalorização cambial, mas não na sua totalidade.



Para se prevenir da volatilidade implícita às dinâmicas de oferta e demanda globais das *commodities*, a Companhia atua com operações de hedge, conseguindo estender o horizonte de planejamento para fins estratégicos. As operações com derivativos são definidas através de política global, a qual proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de *rating* divulgado por agências especializadas.

ii.5 Taxas de câmbio

Dentro do cenário das divisas internacionais, destaca-se a depreciação do real em relação ao dólar, que encerrou 2015 em R\$ 3,9048/US\$. A desvalorização do real, de aproximadamente 47%, possui impactos nas transações internacionais da Companhia, que possui tanto receitas de exportação, quanto custos de importação indexados em moeda internacional. Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a Companhia realiza operações de hedge de acordo com a política global da Companhia.

ii.6 Efeitos de investigações governamentais, ou ações relacionadas por outras partes

Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

A Companhia resolveu as investigações governamentais em diversas jurisdições, bem como ações civis nos Estados Unidos. A Companhia solucionou algumas outras ações e outras ainda continuam pendentes. Novas ações podem ser propostas. A Companhia continua defendendo-se vigorosamente nas ações judiciais acima referidas, bem como adotando outras medidas para minimizar sua potencial exposição.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$31.815 (US\$8 milhões) continuou provisionado pela Companhia. O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser estimadas no presente momento. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Apesar de não ser possível estimar de forma razoável o montante total dos gastos que podemos incorrer em razão dessas questões, tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em 2015, a nossa receita líquida de vendas e/ou serviços diminuiu 2,8% ou R\$ 272,3 milhões, passando de R\$ 9.659,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 9.387,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O setor de eletrodomésticos brasileiro sofreu forte contração de 19% em 2015, impactado pela conjuntura econômica do país (crise econômica e política, confiança do consumidor, aceleração inflacionária e alta dos juros). Nos demais países da América Latina o setor apresentou crescimento médio de 3,4%, mas com performance variada entre países. Os destaques ficam para Venezuela (-52%), Colômbia (-1,2%), Argentina (25,5%), América Central (3%) e Caribe (3%). Em 2015, a demanda de compressores na Ásia foi afetada pela redução da atividade econômica na China. Na América Latina também houve queda, principalmente, devido à crise econômica e política no Brasil. Em contra partida, houve uma tendência positiva no mercado Norte Americano e uma leve melhora no mercado Europeu.



c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro, quando relevante

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o resultado operacional da Companhia apresentou uma redução de 47,3%, passando de R\$ 976,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 514,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A redução do volume de vendas, especialmente no mercado doméstico, foi impulsionada principalmente pela desaceleração na massa real de rendimentos, inflação elevada, mercado de crédito fraco e confiança do consumidor em nível historicamente baixo.

Adicionalmente, o resultado financeiro da Companhia foi negativamente afetado pela inflação, oscilações cambiais e por conta da retomada dos aumentos na taxa básica de juros (SELIC), fechando o ano de 2015 em 14,25%.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não esperamos efeitos relevantes decorrentes de introdução ou alienação de segmento operacional no curto prazo.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não há eventos de constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4. Opinião dos Diretores sobre

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não aplicável.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não aplicável.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos últimos três exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não havia parágrafos de ênfases nas demonstrações financeiras individuais, somente para o exercício de 2013, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em nossa Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas, controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, que para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Porém não há qualquer ressalva de nossos Auditores em função desse assunto.



10.5. Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração de nossas demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo a *International Accounting Standard Board (IASB)*, tais normas requerem que efetuemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas. Com o intuito de fornecer um entendimento de como formamos nosso julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as nossas principais práticas contábeis críticas a seguir. Na opinião dos diretores tais práticas são adequadas.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.



Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo.



A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items);

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos



Não há.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Como prática comum do mercado brasileiro, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordos com seus clientes através de operações de "Vendor" junto a bancos comerciais, atuando de forma a garantir linhas de crédito.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;

A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto a seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$216.902 em 2016, R\$219.906 em 2017, R\$221.808 em 2018, R\$199.881 em 2019, R\$192.470 em 2020 e R\$46.357 até o término do compromisso.

iv. contratos de construção não terminada;

Não aplicável.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamento

Não há.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

b. natureza e o propósito da operação;

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

i) Vendor: a Companhia adota rigorosas normas e procedimentos de forma a minimizar os riscos referentes à operação em questão, especialmente na ausência de pagamento das operações de "vendor" pelos devedores originais.

As operações de "vendor" atendem um programa de financiamento de vendas através do qual a Companhia obtém financiamento direto para seus clientes oferecendo aos mesmos acesso a linhas de crédito com taxas competitivas.

Em caso de inadimplência do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 o total do saldo em aberto nesta operação era, respectivamente, de R\$1.024.331, R\$1.362.845 e R\$1.187.033.



ii) A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 a cobertura máxima combinada de "stop-loss" fornecidos por essas políticas foram, respectivamente, de R\$458.000, R\$430.000 e R\$ 330.000.

iii) Como prática comum de mercado na República Popular da China, a Companhia, através de sua subsidiária Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd negocia operações de desconto de "Bank Acceptance Drafts" (BAD) junto a instituições financeiras. De acordo com a legislação local, em situações específicas, essas operações possuem direito de recurso aos seus cessionários. Neste caso a subsidiária deve cumprir com a obrigação perante a instituição financeira e os BADs são devolvidos à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 não havia valores em aberto nesta operação.

iv) Contratos de futura compra de serviços: A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto a seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$216.902 em 2016, R\$219.906 em 2017, R\$221.808 em 2018, R\$199.881 em 2019, R\$192.470 em 2020 e R\$46.357 até o término do compromisso.

10.8. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos de capital previstos para 2016 tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção de máquinas e equipamentos das plantas industriais, aumento de flexibilidade e capacidade produtiva, adaptação às normas ambientais (processos, produtos e serviços), iniciativas de aumento de produtividade, desenvolvimento de novos produtos e em tecnologia da informação.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos:

Para financiar parte do investimento em inovação de eletrodomésticos e compressores com maior eficiência energética e sustentabilidade, a Companhia celebrou, em 4 de dezembro de 2012, nova linha de crédito com a FINEP, nas condições informadas no item 10.1.f acima.

A Companhia possui contratos anteriores de financiamento com a FINEP que totalizam R\$160.418, incluindo juros e o principal contratado em 4 de dezembro de 2012.

Durante o ano 2015, a Companhia celebrou contratos de financiamento na modalidade de NCE (Nota de crédito à exportação) que tiveram como objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

No segundo trimestre de 2015, foram celebrados contratos no montante de R\$160.000, que foi liquidado parcialmente em 30 de junho de 2015, remanescendo o montante de R\$30.000, que foi integralmente liquidado em 30 de setembro de 2015.



No terceiro trimestre de 2015, foram celebrados contratos no montante de R\$270.000, que foi liquidado parcialmente em 30 de setembro de 2015, remanescendo o montante de R\$160.000, que foi integralmente liquidado em 16 de dezembro de 2015.

No quarto trimestre de 2015, foram celebrados contratos no montante de R\$241.793, que foram liquidados parcialmente até 31 de dezembro de 2015, remanescendo o montante de R\$40.324, sendo R\$2.450 com vencimento em janeiro de 2016 e o montante de R\$37.874 com vencimento em fevereiro de 2016.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não realizamos desinvestimentos nos últimos 3 exercícios sociais. Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Não há.

c. novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2015, a Companhia continua fazendo investimentos que incluem aumento de capacidade de produção onde for necessário, inovação, atividades de pesquisa e desenvolvimento e investimento nas marcas. Dentre os projetos em desenvolvimento, a Companhia participa de programas promovidos pela FINEP por meio de subvenção econômica, recursos não reembolsáveis de cooperação universidade-empresa e recursos reembolsáveis, além de incentivos fiscais à pesquisa e desenvolvimento da Lei 11.196/2005. Todos os trâmites legais exigidos são cumpridos para assegurar a transparência e a idoneidade dos programas.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há.



Anexo II

Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2015

(Conforme informações do ANEXO 9-1-II, Instrução CVM nº 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 286.792.087,56.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados

Data declaração	Remuneração	Tipos de ações	Valor absoluto em Reais	Valor por ação	Data pagamento
09/11/2015	Dividendos	Ordinárias	47.587.703,26	0,04626	23/11/2015
09/11/2015	Dividendos	Preferenciais	24.121.450,60	0,05088	23/11/2015

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O percentual do lucro líquido do exercício distribuído é 25%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Data declaração	Remuneração	Tipos de ações	Valor absoluto em Reais	Valor por ação	Data Pagamento
09/11/2015	Dividendos	Ordinárias	81.822.868,95	0,07954	23/11/2015
09/11/2015	Dividendos	Preferenciais	41.477.706,62	0,08749	23/11/2015

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

A proposta da Administração é não distribuir dividendos adicionais aos já declarados em 09/11/2015 e pagos em 23/11/2015, conforme acima exposto.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio, já declarados.



b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Data declaração	Remuneração	Tipos de ações	Valor absoluto em Reais	Valor por ação	Data pagamento
09/11/2015	Dividendos	Ordinárias	47.587.703,26	0,04626	23/11/2015
09/11/2015	Dividendos	Preferenciais	24.121.450,60	0,05088	23/11/2015

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Ano	Valor por ação do Lucro Líquido	Valor por ação dos dividendos		Valor por ação dos JSCP		Remuneração Distribuída		Total
		Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	
2015	0,19080	0,12580	0,13837	-	-	0,12580	0,13837	
2014	0,47180	0,71799	0,78978	-	-	0,71799	0,78978	
2013	0,54080	0,35057	0,38563	-	-	0,35057	0,38563	

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

Não houve destinação de lucros para reserva legal, pois a reserva legal da Companhia já havia atingido o limite legal de 20% (vinte por cento) do capital social.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

De acordo com artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, a reserva legal é constituída de 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido, até que atinja seu limite legal.

Como o saldo da reserva legal já havia atingido o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, não foram destinados lucros para a reserva legal no ano de 2015.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimo:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.



d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo previsto no estatuto:

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre capital próprio em montantes não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais têm direito a dividendos ou juros sobre capital próprio no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não há montante de dividendo obrigatório retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido a situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção.

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável.



Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucro a realizar.

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

O artigo 23, parágrafo quarto, do Estatuto Social da Companhia prevê que: "o remanescente do lucro líquido do exercício poderá ser alocado à Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante. Poderá ser destinado a esta Reserva de Investimentos montante que não ultrapasse 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, até atingir o limite máximo do capital social da Companhia."

b. Identificar o montante destinado à reserva.

O valor do montante destinado à reserva é de R\$ 215.082.933,70.

c. Descrever como o montante foi calculado.

O montante destinado à reserva estatutária, denominada reserva de investimentos, corresponde a 75% do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2015. A destinação do lucro líquido foi calculada da seguinte forma:

Lucro líquido do exercício	R\$ 286.792.087,56
Reserva de investimentos (75%)	R\$ 215.082.933,70
Dividendos já pagos (25%)	R\$ 71.709.153,86

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante de retenção.

Não aplicável.



b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável.

